



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Compromisso para o
CRESCIMENTO VERDE

15 Setembro 2014

Disponível para consulta pública em:

WWW.PORTUGAL.GOV.PT

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-do-ambiente-ordenamento-do-territorio-e-energia.aspx>



A HORA DO CRESCIMENTO VERDE EM PORTUGAL: PORQUÊ?



DESAFIOS GLOBAIS

● Crise climática

Portugal será substancialmente mais afetado do que a média europeia pelas consequências das alterações climáticas

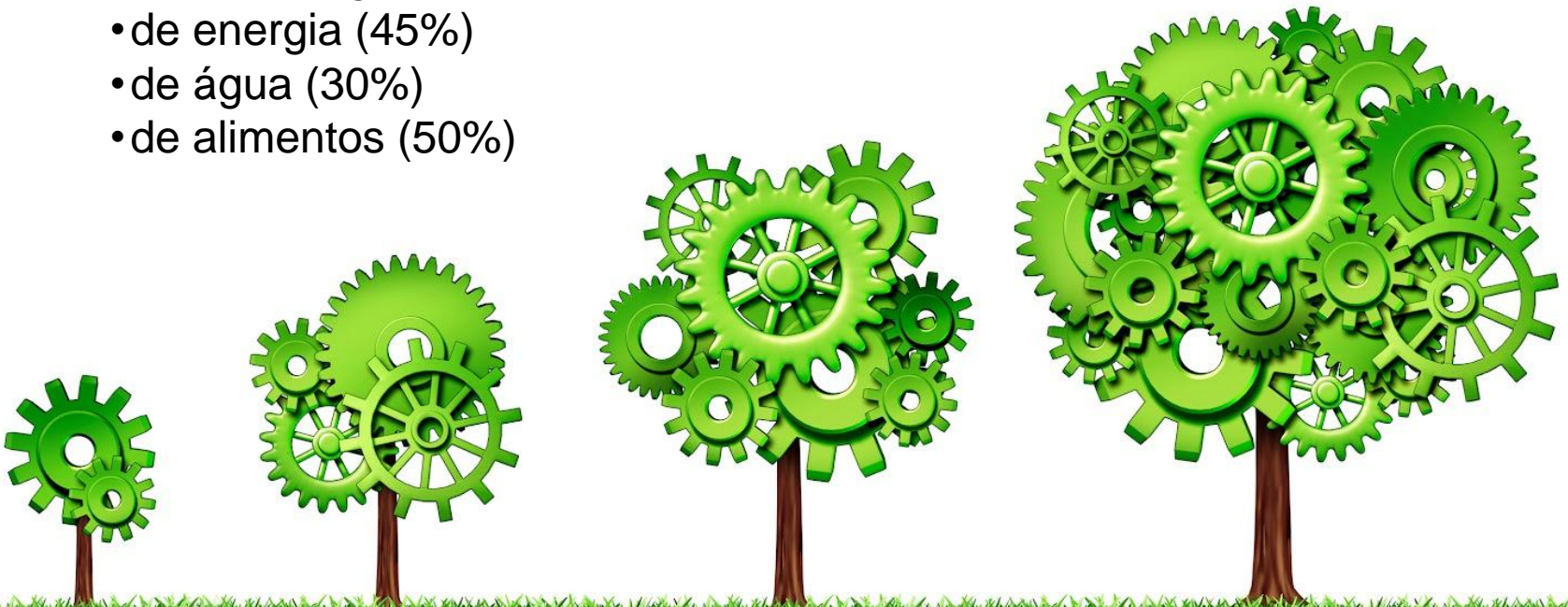
● Degradação e escassez de recursos hídricos

● Perda de biodiversidade

● Efeitos demográficos nos recursos

o efeito demográfico conduzirá ao aumento do consumo, até 2030,

- de energia (45%)
- de água (30%)
- de alimentos (50%)



CRESCIMENTO VERDE EM PORTUGAL: ELEVADO POTENCIAL VERSUS CONSTRANGIMENTOS ESTRUTURAIS



Dispõe de uma grande diversidade e abundância de recursos energéticos renováveis - estamos em boa posição para atingir, até 2020, uma meta de 31% de renováveis no consumo final de energia (já superámos os 27%, o que significa 58% de renováveis na eletricidade)



Tem uma elevada dependência energética e uma elevada intensidade energética no PIB - dependência energética de cerca de 71,5% em 2013 (valor mais baixo dos últimos 20 anos)

CRESCIMENTO VERDE EM PORTUGAL: ELEVADO POTENCIAL VERSUS CONSTRANGIMENTOS ESTRUTURAIS



**Terceiro melhor país do mundo
em política climática (2013, CCPI)**

**Um dos países europeus mais
ricos em biodiversidade - a
Rede Natura e as áreas
protegidas incidem sobre um
quinto do território, um quarto dos
municípios e um terço da
população.**



**Mais vulnerável do que a média
europeia aos efeitos da mudança
climática**

**As populações residentes não
beneficiam suficientemente do
valor económico dessa
biodiversidade.**

CRESCIMENTO VERDE EM PORTUGAL: ELEVADO POTENCIAL VERSUS CONSTRANGIMENTOS ESTRUTURAIS



Enorme evolução na infraestruturaco - cerca de 95% da populao tem acesso a água da rede pública e 80% ao tratamento de águas residuais



Sistemas de distribuico com perdas significativas, insustentabilidade econmico-financeira das operaoes e notórias desigualdades no preço dos serviços entre as regioes do interior e do litoral – perdas mdias de 40% no abastecimento de água, elevados défices tarifários e dvidas dos municípios

CRESCIMENTO VERDE EM PORTUGAL: ELEVADO POTENCIAL VERSUS CONSTRANGIMENTOS ESTRUTURAIS



Litoral apresenta um elevado valor ambiental e económico - concentra 80% da população

Elevado potencial no setor dos recursos minerais metálicos - podendo vir a atingir 1% do PIB



Litoral apresenta fragilidades múltiplas - 14% da costa está artificializada, 25% padece de erosão e 67% encontra-se em risco de perda de território

Com exceção da recente concessão da Semblana, há mais de 30 anos que não era concessionada uma nova área mineira.

CRESCIMENTO VERDE EM PORTUGAL: ELEVADO POTENCIAL VERSUS CONSTRANGIMENTOS ESTRUTURAIS



Eliminámos as lixeiras.

**Temos elevadas competências
na construção civil**



**54% dos Resíduos Urbanos ainda
são depositados em aterro e a
utilização de sacos de plástico é
muito elevada – 466 sacos plásticos
por habitante por ano.**

**Apenas 10% da atividade da
construção civil esta alocada à
reabilitação urbana – a média
europeia é de 37%**

CRESCIMENTO VERDE EM PORTUGAL: ELEVADO POTENCIAL VERSUS CONSTRANGIMENTOS ESTRUTURAIS



As políticas e os instrumentos de ordenamento do território desempenharam um papel fundamental, nas últimas décadas, na regulação da ocupação do solo.



Muitos planos sobrepõem-se no mesmo território e articulam-se de forma ineficiente, prejudicando a transparência e a competitividade e contribuindo para a desconfiança e o afastamento dos cidadãos dos processos de decisão.

ECONOMIA VERDE NA EUROPA E NO MUNDO

- **Economia verde**
representa 4 biliões de euros e cresce 4% ao ano
- **Setores verdes**
representavam na UE, em 2010, 2,5% do PIB
estima-se um crescimento de 30% até 2025
- **Investimento em energias limpas**
atingiu 300 mil milhões de dólares,
a UE é responsável por 25%



ECONOMIA VERDE NA EUROPA E NO MUNDO

● Investimento em infra-estruturas de produção e em redes de energia

Estima-se que atinja 48 biliões de dólares até 2035 sendo:

- 7 biliões de dólares para redes elétricas,
- 6 biliões de dólares para as energias renováveis
- Apenas 1 bilião de dólares para a energia nuclear

Na UE, haverá necessidade de investimento de

- 1 bilião de euros em infra-estruturas até 2020 e
- 2,5 biliões de euros até 2025

● Emprego verde

O emprego verde demonstrou relevante resiliência à recessão, aumentando 20% durante a recente recessão europeia.

Em Portugal, aumentou 7,3%.

Se a UE assumir o objetivo de aumentar a produtividade dos recursos em 30%, até 2030, tal contribuirá para acréscimos de:

- 1% do PIB e
- 2 milhões de empregos na UE



**COMPROMISSO PARA O
CRESCIMENTO VERDE:
VISÃO, METAS E INICIATIVAS**





“Fomentar em Portugal um crescimento económico verde com impacto nacional e visibilidade internacional...”

- *... estimulando as atividades económicas verdes, ...*
- *... promovendo a eficiência no uso dos recursos, e ...*
- *... contribuindo para a sustentabilidade”*

Iniciativas deverão contribuir para o **desenvolvimento sustentável de Portugal**, numa lógica de **criação de valor** assente no **binómio economia-ambiente**, que promova a **competitividade do país** e a sua **afirmação internacional** enquanto referência do Crescimento Verde mundial

Aposta em atividades económicas com forte cariz verde, com impacto nacional e/ou internacional, que contribuam para o **aumento do PIB** e para a **criação de emprego**

Gestão otimizada de recursos com objetivo de **aumentar a produtividade** e **maximizar a respetiva utilização** (p.ex., eficiência material, eficiência energética, eficiência hídrica, ecodesign, reabilitação urbana)

Foco na dinamização de atividades que permitam a **proteção do ambiente**, nomeadamente através da **redução das emissões de CO₂**, do aumento da **produção da energia renovável**, melhoria da **qualidade do ar e da água** e da **valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas**

VISÃO

**Visão
Estratégica do
Compromisso
para o
Crescimento
Verde**

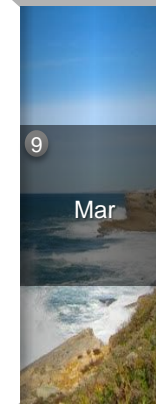
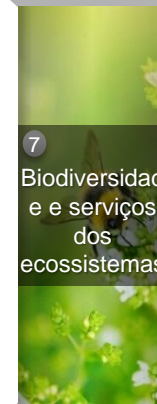
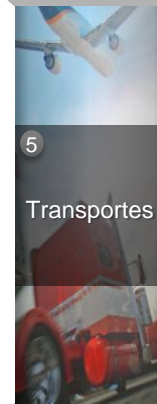
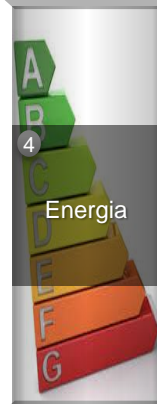
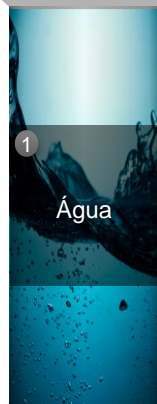


**Novo ciclo de
reformas
estruturais
em Portugal**



PILARES E CATALISADORES DO CRESCIMENTO VERDE

Fomentar em Portugal um crescimento económico verde com impacto nacional e visibilidade internacional, estimulando as atividades económicas verdes, promovendo eficiência no uso dos recursos e contribuindo para a sustentabilidade



Financiamento

Promoção internacional

Fiscalidade

Contratação pública

Informação

Inovação

DIMENSÕES E OBJETIVOS

Dimensão	Objetivo e indicador	Metas para 2020 e 2030				<i>Racional</i>
		2012	2020	2030	CAGR 2012-2030	
CRESCIMENTO	Aumentar VAB "verde" (milhares de milhões de euros)	2.0	3.0	5.1	+5.3%	▪ Desenvolver a economia verde de forma a que se obtenha ganhos de competitividade superiores à média nacional
	Incrementar exportações "verdes" (milhares de milhões de euros)	0.5	0.7	1.2	+5.3%	▪ Ritmo de crescimento das exportações verdes equiparado ao aumento do VAB verde
	Criar postos de trabalho "verdes" (milhares de pessoas ao serviço)	70 ²	95	140	+3.9%	▪ Duplicar o número de postos de trabalho até 2030, assegurando aumento de produtividade
EFICIÊNCIA	Aumentar a produtividade dos materiais (€ PIB ³ /kg de materiais consumidos)	0.826 ⁴	0.98	1.19	+1.9%	▪ Alinhar com os objetivos do PNGR, princípio da economia circular, eficiência no uso de recursos e redução de impactes ambientais (assegurando o objetivo europeu de crescimento de 30% até 2030)
	Aumentar a incorporação de resíduos na economia (taxa de incorporação de resíduos na economia) ⁵	56%	68%	87%	+2.5%	▪ Perspetivar o resíduo enquanto recurso material ou energético promovendo o fecho do ciclo (economia circular) e o desvio de aterro; cumprimento do PNGR
	Privilegiar a reabilitação urbana (n.º de obras de reabilitação/n.º de obras novas)	8,7% ⁶	17%	23%	+8.9%	▪ Aumento de cerca de 8,75% de 2013 a 2020, e de 3,5% de 2021 a 2030 nos valores de investimento medido pela formação bruta de capital fixo
	Aumentar a eficiência energética (tep/M€ PIB ³ Intensidade Energética)	129	134	107	-1,1%	▪ Cumprimento do PNAEE até 2020 ▪ Redução de 30% sobre <i>baseline</i> energética em 2030
	Aumentar a eficiência hídrica (água não faturada/água colocada na rede)	35% ⁷	25%	20%	-3.1%	▪ Cumprir meta PNUMA 2020 – perdas físicas < 20% em 2020 [Água não faturada = Perdas físicas + consumos autorizados mas não faturados]
SUSTENTABILIDADE	Reduzir as emissões de CO ₂ (Mt CO ₂)	68	68-72	54 - 60	-1.3% / -2.1%	▪ Alinhar com cenários referência PNAC e cumprir objetivos 2020 ▪ Redução entre 30% (60 MtCO ₂) e 40% (54 MtCO ₂) em 2030 vs 2005 (valor2005=87MtCO ₂), contingente a interligações
	Reforçar o peso das energias renováveis (% no consumo final de energia)	24.6%	31%	40%	+3.4%	▪ Cumprimento do PNAER até 2020 ▪ Alinhamento com o objetivo definido na proposta de PT constante do pacote Energia-Clima 2030, contingente e interligações
	Melhorar o estado das massas de água ⁸ (% nacional das massas de água com qualidade "Boa ou Superior")	52%	72%	100%	+4.2%	▪ Cumprir a Diretiva Quadro da Água (condicionado aos desenvolvimentos de negociação na UE no que respeita à implementação da DQA)
	Melhorar a qualidade do ar (Dias com IQAR fraco e mau, em zonas urbanas)	15	9	2	-10.6%	▪ Alinhamento com os objetivos definidos na diretiva CAFE e com a Estratégia Europeia para um Ar mais limpo
	Valorizar a biodiversidade (n.º de espécies e n.º habitats com estado de conservação "favorável" estabelecido por região biogeográfica)	84 e 48	126 e 96	158 e 144	+5% e +9%	▪ Cumprimento da Diretiva Habitats ▪ Alinhamento com as metas definidas na Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2020

1 Detalhado em anexo

2 média 2008-2012

3 Evolução do PIB de acordo com o valor médio dos cenários macroeconómicos para PT apresentados no REA 2013 e utilizados, entre outros, no PNGR. Constituem uma atualização dos cenários considerados no RNBC 2050 (APA, 2012)

4 2011

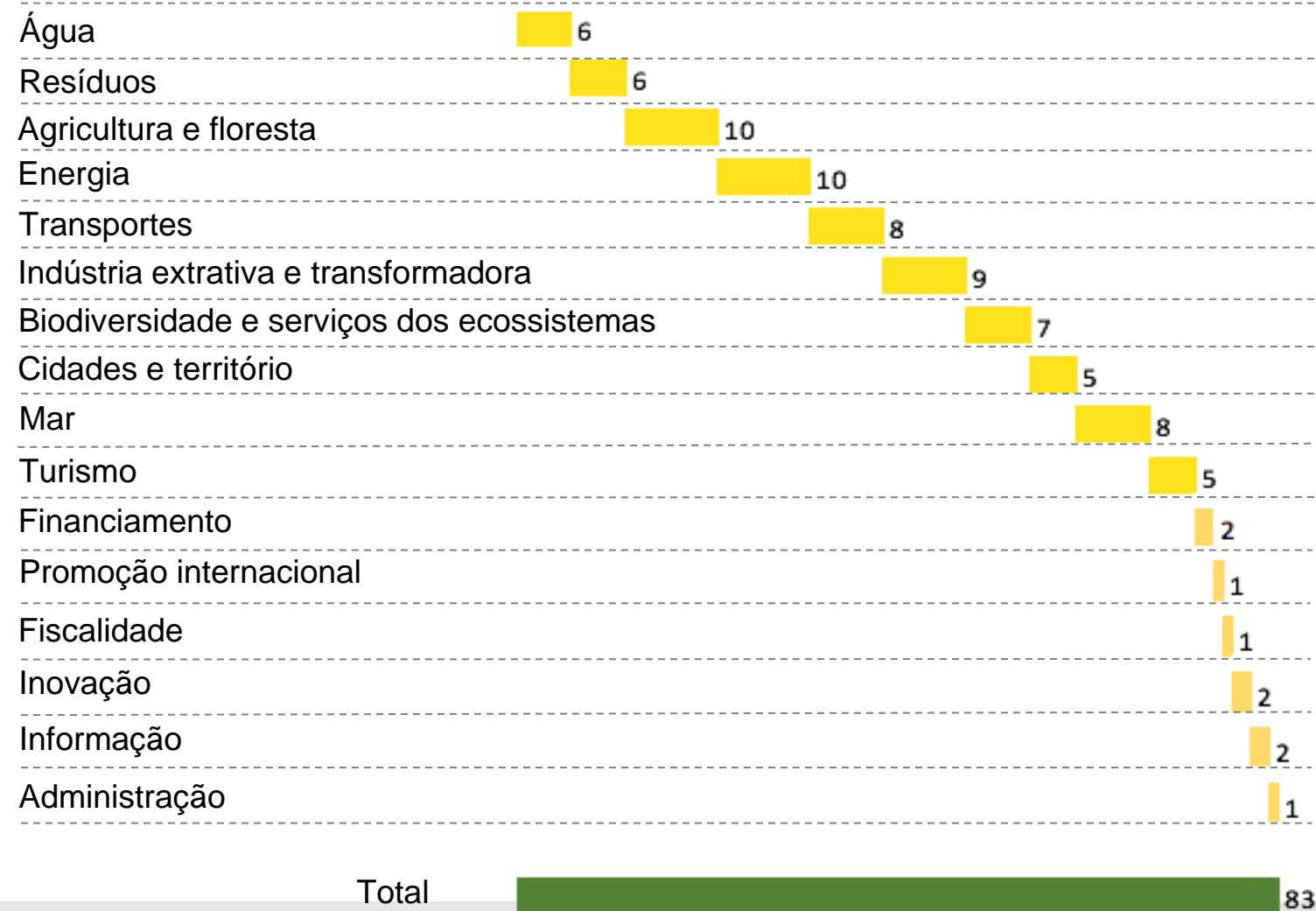
5 (resíduos preparados para reutilização + resíduos reciclados + resíduos objeto de valorização energética)/(resíduos produzidos)

6 Investimento – formação bruta de capital fixo (INE)

7 2011

8 Anos de referência: 2010 - 2022

SETORES E INICIATIVAS



As iniciativas propostas não revogam, concorrem com ou substituem as medidas previstas nos Planos nacionais

INICIATIVAS: ÁGUA

Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none">▪ Promover a redução das perdas de água nos sistemas urbanos de adução e distribuição (identificando as fugas, fazendo a reposição e manutenção do equipamento danificado e a monitorização).	<ul style="list-style-type: none">▪ Redução das perdas físicas e comerciais de água▪ Reduzir as perdas físicas para valores inferiores a 25%, até 2020, e inferiores a 20% até 2030.	<ul style="list-style-type: none">▪ Medidas e metas do PNUEA▪ Medidas PENSAAR 2020
<ul style="list-style-type: none">▪ Reduzir pressões sobre as massas de água, identificando as pressões que condicionam o seu estado ecológico e dando prioridade à implementação de medidas economicamente sustentáveis que as diminuam .	<ul style="list-style-type: none">▪ Aumentar para 72% as massas de água com estado igual ou superior a bom em 2020▪ Atingir 100% de massas de água com estado igual ou superior a bom em 2030	<ul style="list-style-type: none">▪ Diretiva-Quadro da Água e Lei da Água▪ Meta POSEUR 2022/2023
<ul style="list-style-type: none">▪ Aumentar a taxa de reutilização de água respeitando critérios económicos, técnicos e ambientais.	<ul style="list-style-type: none">▪ Taxa de água reutilizada	<ul style="list-style-type: none">▪ PNUEA
<ul style="list-style-type: none">▪ Promover a internacionalização de consórcios com empresas sedeadas em Portugal.	<ul style="list-style-type: none">▪ Taxa de crescimento do montante do investimento atribuído aos consórcios (face a 2012)	<ul style="list-style-type: none">▪ Contribuir para a internacionalização das empresas
<ul style="list-style-type: none">▪ Aumentar a eficiência operacional dos sistemas de abastecimento de água e saneamento.	<ul style="list-style-type: none">▪ Redução de custos operacionais face aos EVEF atuais dos sistemas multimunicipais de águas 23% de redução até 2020 e 32% redução até 2030▪ Aumento taxa de utilização das infraestruturas	<ul style="list-style-type: none">▪ PENSAAR 2020 e PNUEA
<ul style="list-style-type: none">▪ Criar instrumentos de promoção da eficiência hídrica como a “certificação hídrica” e a rotulagem hídrica.	<ul style="list-style-type: none">▪ Número de certificados emitidos e nº de produtos rotulados	<ul style="list-style-type: none">▪ PNUEA

INICIATIVAS: RESÍDUOS

Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none">▪ Incentivar a utilização de resíduos na produção de novos produtos.	<ul style="list-style-type: none">▪ % resíduos passíveis de valorização que cumprem normas ou especificações técnicas▪ % utilização dos resíduos como matérias-primas	<ul style="list-style-type: none">▪ Inspirada no PNGR
<ul style="list-style-type: none">▪ Rever Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) (ex: para resíduos urbanos aplicar bonificações ou penalizações em função do nível de cumprimento de metas do PERSU).	<ul style="list-style-type: none">▪ Aumento da % de receitas consignadas para projetos de aproveitamento de resíduos▪ Alargamento do universo de beneficiários▪ Diminuição da percentagem de resíduos encaminhados para aterro ou incineração	<ul style="list-style-type: none">▪ PERSU 2020
<ul style="list-style-type: none">▪ Dinamizar a recolha seletiva e a reciclagem de resíduos urbanos.	<ul style="list-style-type: none">▪ Atingir 47 kg/hab/ano para a retoma de recolha seletiva▪ Aumento da taxa de reciclagem de resíduos não-orgânicos▪ Diminuição do encaminhamento de RUBs (Resíduos Urbanos Biodegradáveis) para aterro	<ul style="list-style-type: none">▪ PNGR e PERSU 2020
<ul style="list-style-type: none">▪ Aumentar a eficiência operacional dos sistemas de tratamento de resíduos urbanos .	<ul style="list-style-type: none">▪ Redução de custos operacionais dos sistemas▪ Aumento taxa de utilização das infraestruturas▪ Aumento da quantidade de resíduos vendida▪ Aumento das receitas geradas pela venda de resíduos▪ Diminuição das quantidades de rejeitados	<ul style="list-style-type: none">▪ PNGR▪ PERSU 2020
<ul style="list-style-type: none">▪ Promover o aumento da valorização das lamas de ETAR através da promoção e potenciação da diversificação dos seus destinos finais .	<ul style="list-style-type: none">▪ % de lamas valorizadas	<ul style="list-style-type: none">▪ PENSAAR 2020
<ul style="list-style-type: none">▪ Promover as parcerias industriais que envolvem a transação de resíduos e de subprodutos.	<ul style="list-style-type: none">▪ % de resíduos introduzidos em processos produtivos▪ % de subprodutos transacionados entre indústrias	<ul style="list-style-type: none">▪ PNGR

INICIATIVAS: AGRICULTURA E FLORESTA (1/2)

Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none">▪ Promover as medidas agroambientais e agilizar os processos de atribuição de subsídios.	<ul style="list-style-type: none">▪ Aumento da área sob compromisso agroambiental, de 25% até 2020	<ul style="list-style-type: none">▪ PDR 2014-2020
<ul style="list-style-type: none">▪ Apoiar atividades agrícolas e florestais desenvolvidas em áreas classificadas ao abrigo das Diretivas Aves e Habitats através do Pagamento Natura.	<ul style="list-style-type: none">▪ Número de explorações beneficiárias do pagamento natura/Número de explorações agrícolas ou florestais em áreas classificadas (atingir os 25% até 2020).	<ul style="list-style-type: none">▪ PDR 2014-2020
<ul style="list-style-type: none">▪ Apoiar investimentos na agricultura que promovam níveis mais elevados de sustentabilidade na utilização dos recursos. (Ex: investimento em regadio dependente de melhorias comprovadas no uso eficiente de água).	<ul style="list-style-type: none">▪ Número de investimentos com componente ambiental.	<ul style="list-style-type: none">▪ PDR 2014-2020
<ul style="list-style-type: none">▪ Apoiar as explorações que cumpram as regras do Pagamento verde (Greening) componente ambiental dos pagamentos diretos do primeiro pilar da PAC (2014-2020).	<ul style="list-style-type: none">▪ Área das explorações a cumprir a regras do <i>greening</i>.	<ul style="list-style-type: none">▪ PDR 2014-2020
<ul style="list-style-type: none">▪ Promover a certificação da gestão florestal sustentável apoiando a adaptação das explorações e das empresas às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos .	<ul style="list-style-type: none">▪ Até 2020: área florestal certificada de 450 000 ha▪ Até 2020: certificados de cadeia de custódia acima de 500	<ul style="list-style-type: none">▪ PDR 2014-2020

INICIATIVAS: AGRICULTURA E FLORESTA (2/2)

Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Apoiar explorações que cumpram as Boas Condições Agrícolas e Ambientais (BCAA).</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Aumentar a superfície agrícola sujeita à BCAA.	<ul style="list-style-type: none">▪ PDR 2014-2020
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Apoiar o desenvolvimento e estruturação de novos produtos do sector agroflorestal, garantindo maior valor acrescentado ambiental.</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ N.º de projetos apoiados▪ N.º de produtos novos apoiados	<ul style="list-style-type: none">▪ ENF
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Melhorar a gestão florestal e a produtividade dos povoamentos florestais.</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ % da área de floresta que é sujeita a gestão ativa de acordo com os PGF▪ Área de povoamentos sujeitos a melhoria produtiva (100.000 ha)	<ul style="list-style-type: none">▪ ENF
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Aumentar o contributo da cinegética, da pesca, da silvo-pastorícia, da apicultura, da produção de cogumelos e de outros produtos não lenhosos.</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ 10% em 2020 e 20 % em 2030 das explorações florestais apresentarem mais do que um produto de origem na exploração para comercialização/ aproveitamento económico	<ul style="list-style-type: none">▪ ENF
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Promover utilização de produtos de origem florestal com baixa pegada de carbono (ex.: Green building).</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ 15% de aquisição de produtos florestais com certificação da gestão florestal em 2020;▪ 40% de aquisição de produtos florestais com certificação da gestão florestal em 2030	

INICIATIVAS: ENERGIA (1/2)

Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar a produção de energia renovável, promovendo a utilização de novas tecnologias custo-eficientes que fomentem a competitividade. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção renovável no consumo final de energia: 31% em 2020 e 40% em 2030. ▪ Redução dos custos totais de produção renovável ▪ Redução de 30-40% do preço da energia renovável 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PNAER 2020, iniciativa MAOTE
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a eficiência na iluminação pública, através de medidas de natureza tecnológica e da gestão do sistema, nos edifícios, nas frotas e na administração pública. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução de consumo de energia em Iluminação Pública ▪ Redução de consumo de energia na administração pública, 30% em 2020 e 35% em 2030 ▪ Introdução de cerca de 1200 veículos elétricos e híbridos plug-in até 2020 na AP ▪ Introdução de sistemas de gestão de frotas (car pooling) na AP 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PNAEE 2016, ECO.AP ▪ Iniciativa MAOTE-MEF
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a eficiência energética no edificado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução dos consumos de energia nos edifícios, 25% em 2020 e 30% em 2030 ▪ % edifícios reabilitados com certificação energética 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PNAEE 2016, SCE, iniciativa MAOTE
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a eficiência alargando o sistema de gestão de consumos intensivos energéticos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de empresas com melhorias no consumo energético ▪ % de redução de consumo de energia após investimento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PNAEE 2016, SGCIE
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomentar a instalação economicamente viável de contadores inteligentes. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de contadores inteligentes instalados/total de contadores existente 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PNAEE 2016, Diretiva 2009/72/CE

INICIATIVAS: ENERGIA (2/2)

Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Dinamizar o investimento em IDI na área de energia.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de patentes registadas ▪ Percentagem de investimento em energia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Horizon 2020, Portugal 2020, iniciativa MAOTE
<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Estabelecer, no contexto europeu, o objetivo para as interligações de energia elétrica.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Metas para interligações de energia elétrica com a Europa <ul style="list-style-type: none"> – 12% até 2020 – 25% até 2030 (calculado no pressuposto de uma meta 40% de renováveis na UE) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pacote Energia-Clima, iniciativa MAOTE
<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Promover projetos de exportação de energias renováveis para cumprimento de metas europeias de países terceiros.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de acordos de transferência estatística de energia renovável 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pacote Energia-Clima, iniciativa MAOTE
<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Estabelecer, no contexto europeu, o objetivo para as interligações de gás natural, posicionando Portugal como porta de entrada de LNG na Europa .</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 3ª interligação de gás entre Portugal e Espanha após confirmação de: <ul style="list-style-type: none"> – Interligação nos Pirenéus; – Obtenção do financiamento por parte da CE ▪ 25% de interligações até 2030, substituindo, a partir da Península Ibérica, 50bcm anuais de importações europeias de GN da Rússia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pacote Energia-Clima, iniciativa MAOTE
<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Fomentar o autoconsumo de energia, simplificando os procedimentos e orientando os projetos para o consumo individual, possibilitando a injeção do remanescente na rede a preço de mercado.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Meta 300MW em 2020 ▪ Redução do custo do kW de potência instalada em autoconsumo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PNAER 2020, iniciativa MAOTE

INICIATIVAS: TRANSPORTES (1/2)

Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Promover a mobilidade elétrica, alargando e introduzindo maior concorrência na rede pública e privilegiando os modos de carregamento em locais privados (habitações e locais de trabalho) e em locais privados de acesso público (ex. centros comerciais).</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ % veículos elétricos no parque automóvel▪ Número de postos de carregamento (lento e rápido) instalados▪ 1250 veículos elétricos e híbridos plug-in na renovação da frota da administração até 2020▪ Redução do tempo de carregamento	<ul style="list-style-type: none">▪ PNAER 2020, PNAEE 2016,▪ iniciativas MAOTE-MEF sobre Mobilidade Sustentável (AP e fiscalidade verde)
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Incentivar utilização de veículos movidos a combustíveis menos poluentes.</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Redução das emissões no setor▪ Redução da intensidade energética no setor (tep/passageiro/km)▪ % veículos movidos a combustíveis menos poluentes	<ul style="list-style-type: none">▪ PNAEE 2016, RGCE Transportes, iniciativa MAOTE
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Promover a utilização de biocombustíveis de 2ª e 3ª geração.</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Incorporação de 10% de energias renováveis no setor▪ % de incorporação de biocombustíveis de 2ª e 3ª geração	<ul style="list-style-type: none">▪ PNAER 2020
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Fomentar o desenvolvimento da rede de postos de abastecimento de combustíveis limpos.</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Número de postos de abastecimento licenciados	<ul style="list-style-type: none">▪ PNAEE 2016, PNAER 2020

INICIATIVAS: TRANSPORTES (2/2)

Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Incentivar a utilização dos transportes coletivos nas deslocações urbanas e interurbanas (por ex. melhorando o transporte público e implementando medidas dissuasoras de utilização do automóvel individual).</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ % utilização dos transportes coletivos▪ GEE/passageiro/veículo▪ N.º de medidas dissuasoras da utilização do veículo individual implementadas (portagem nas cidades para financiar transportes públicos, Vias de Alta Ocupação)	<ul style="list-style-type: none">▪ Plano Estratégico dos Transportes▪ Fiscalidade verde
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Dinamizar a transferência do transporte de mercadorias para a ferrovia.</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ % de mercadorias transportadas em ferrovia▪ Redução da intensidade energética no setor (tep/tonelada mercadoria/km)	<ul style="list-style-type: none">▪ Plano Estratégico dos Transportes
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Divulgar informação sobre opções de mobilidade urbana.</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Número de campanhas de informação realizadas▪ Número de pessoas abrangidas pelas campanhas de informação	<ul style="list-style-type: none">▪ Plano Estratégico dos Transportes▪ PNAEE 2016
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Elaborar planos de mobilidade ao nível da administração pública e das empresas.</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Número de planos de mobilidade para empresas▪ Número de planos de mobilidade para administração pública▪ % de funcionários públicos e privados que alteraram comportamentos	<ul style="list-style-type: none">▪ Plano Estratégico dos Transportes▪ PNAEE 2016

INICIATIVAS: INDUSTRIA EXTRATIVA E TRANSFORMADORA (1/2)

Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Aumentar a percentagem de utilização de combustíveis alternativos no mix energético das indústrias transformadoras.</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ % de biodiesel, biogás, CDR como fonte energética industrial▪ Redução do impacto do subsídio aos biocombustíveis na fatura energética	<ul style="list-style-type: none">▪ PNAER 2020
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Divulgação pública periódica da informação sobre custo carbónico e impacto ambiental da produção de bens de consumo.</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ % de produtos abrangidos pela divulgação de informação energética	<ul style="list-style-type: none">▪ Iniciativa MAOTE
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Promover a cogeração, minimizando o ónus para os consumidores de energia e removendo barreiras artificiais não ambientais ligadas ao licenciamento .</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Aumento da eficiência energética média do setor produtivo	<ul style="list-style-type: none">▪ PNAEE 2016, Diretiva 2012/27/UE
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Desenvolver ecoparques industriais para otimização dos fluxos de recursos entre indústrias (Ecoparques) .</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Área edificada e classificada como parque energético	<ul style="list-style-type: none">▪ Iniciativa ME
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Promover a conceção ecológica dos produtos.</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ % utilização de materiais reciclados na produção de novos bens de consumo▪ Aumento do potencial de reciclabilidade dos produtos	<ul style="list-style-type: none">▪ PNAEE 2016, Diretiva EcoDesign

INICIATIVAS: INDUSTRIA EXTRATIVA E TRANSFORMADORA (2/2)

Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Desenvolvimento de uma ferramenta de dados georeferenciados que permita, em simultâneo, localizar os recursos geológicos e as condicionantes ambientais e patrimoniais que decorrem dos Instrumentos de Gestão Territorial e demais legislação aplicável.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração do mapeamento de todas as informações associadas à extração mineira ▪ % território com informação base válida e disponível 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos, Plano de Fomento Mineiro
<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Rever o modelo de licenciamento mineiro tornando obrigatória a consulta, desde a fase de prospeção e pesquisa, aos municípios e às entidades competentes na área da preservação ambiental e patrimonial, da gestão territorial e da conservação da natureza.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrada em vigor do Plano de Fomento Mineiro ▪ Nº de novos processos licenciados ▪ Número médio de dias para o licenciamento desde o pedido até à emissão de licença. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos, Plano de Fomento Mineiro
<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Divulgar e internacionalizar o setor mineiro, acompanhando de uma forma muito próxima os investidores através de um Balcão Único Mineiro.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhecimento internacional do potencial mineiro de Portugal ▪ Número de projetos financiados por entidades estrangeiras 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos, Plano de Fomento Mineiro
<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Desenvolver a indústria extrativa de hidrocarbonetos assente nas melhores práticas de Health, Safety and Environment.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mt/ano 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ DL 109/94 de 26 de Abril, Diretiva 2013/30/UE

INICIATIVAS: BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS (1/2)

Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none">▪ Definir, no contexto da nova regulamentação europeia, as condições de acesso aos recursos genéticos nacionais e a partilha justa e equitativa dos benefícios da sua utilização.	<ul style="list-style-type: none">▪ Cumprimento do Regulamento ABS▪ Concluir o estudo e proceder de acordo com as suas conclusões	<ul style="list-style-type: none">▪ EU Biodiversity Strategy 2020 - COM (2011) 244 final▪ Regulamento (EU) n.º 511/2014, de 16 de abril
<ul style="list-style-type: none">▪ Implementar a iniciativa TEEB (The Economics of Ecosystems and Biodiversity) em Portugal, quantificando e remunerando o valor económico dos serviços dos ecossistemas.	<ul style="list-style-type: none">▪ Concretizar a iniciativa TEEB num Parque Natural, até 2016, e, em todos, até 2020▪ Avaliar e incluir na contabilidade pública o valor económico dos serviços dos ecossistemas▪ 50% das recomendações do TEEB incluídas nas políticas e planos para 2020 e mais 10% para 2030	<ul style="list-style-type: none">▪ EU Biodiversity Strategy 2020 - COM (2011) 244 final
<ul style="list-style-type: none">▪ Implementar sistemas naturais de proteção contra catástrofes e riscos naturais, como cheias e inundações.	<ul style="list-style-type: none">▪ Km de margens de rios e estuários com restauração ecológica com florestas aluviais▪ Km de litoral protegido recorrendo às infraestruturas verdes	<ul style="list-style-type: none">▪ Infraestrutura Verde - COM (2013) 249 final▪ EU Biodiversity Strategy 2020 - COM (2011) 244 final

INICIATIVAS: BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS (2/2)



Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Criar e implementar a marca natural.pt, de produtos e serviços desenvolvidos com base nos recursos das áreas classificadas, estabelecendo um regulamento de adesão e processos de acompanhamento.</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ % de empresas sediadas nas áreas classificadas aderentes à marca natural.pt (50% empresas aderentes em 2020; 75% empresas aderentes em 2030)▪ Número de infraestruturas, nomeadamente turísticas, sob gestão do ICNF concessionadas através da implementação da marca	<ul style="list-style-type: none">▪ Iniciativa MAOTE
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Dinamizar a adesão voluntária de empresas e outras entidades à iniciativa “Business and Biodiversity”.</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Aumentar em 50% até 2020 e em 75% até 2030, o número de empresas e organizações aderentes (n.º atual = 69)	<ul style="list-style-type: none">▪ CBD- COP 2007
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Implementar medidas relativas à promoção e melhoramento recursos genéticos animais – raças autóctones.</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Nº de animais (CN) apoiados	<ul style="list-style-type: none">▪ EU Biodiversity Strategy 2020 - COM (2011) 244 final
<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Promover as medidas agroambientais que suportam sistemas agrícolas de alto valor natural (SAVN).</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Aumento da superfície agrícola sob compromisso	<ul style="list-style-type: none">▪ EU Biodiversity Strategy 2020 - COM (2011) 244 final

INICIATIVAS: CIDADES E TERRITÓRIO

Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicar o Regime Excepcional de Reabilitação Urbana que altera as regras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação de edifícios antigos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Peso relativo da reabilitação do edificado habitacional convergir com a média europeia (hoje, 10% em Portugal e 37% na UE) . 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lei n. 31/2014 de 30 de maio (Solos e Ordenamento)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar e implementar um instrumento financeiro de apoio à regeneração urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar o número de arrendamentos nos centros históricos em 10 % até 2020 e 25% até 2030 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lei n. 31/2014 de 30 de maio (Solos e Ordenamento)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar programas municipais ou intermunicipais de desenvolvimento urbano sustentável que promovam a valorização dos espaços públicos e transportes limpos e eficientes. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria da qualidade do ar urbano ▪ Diminuição do nível de ruído ▪ Aumento dos espaços públicos e áreas verdes ▪ Número de cidades abrangidas ▪ Km de vias para modos suaves de deslocação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lei n. 31/2014 de 30 de maio (Solos e Ordenamento)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar e aplicar o índice de sustentabilidade urbana que promova competição saudável entre as cidades, com possíveis benefícios ao nível de financiamento. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria da classificação das cidades ▪ % de cidades avaliadas acima de um determinado valor do índice estabelecido 	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar uso racional e eficiente do solo, limitando a expansão urbana, concentrando no PDM todas as regras de ordenamento, erradicando o solo urbanizável, simplificando procedimentos, introduzindo um novo regime económico-financeiro e promovendo soluções de planeamento intermunicipais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter grau de artificialização do solo 5% (448401 ha)- manter em 2020 e 2030 (Fonte COS 2010) ▪ Infraestrutura verde consolidada até 2030 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lei n. 31/2014 de 30 de maio (Solos e Ordenamento) ▪ Infraestrutura Verde - COM (2013) 249 final ▪ EU Biodiversity Strategy 2020 - COM (2011) 244 final

INICIATIVAS: MAR (1/2)



Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none">▪ Estabelecer novas áreas marinhas classificadas, garantindo a exploração sustentável dos recursos marinhos vivos.	<ul style="list-style-type: none">▪ Até 2020, ter classificado no mar português, uma área aproximada de 10 %.	<ul style="list-style-type: none">▪ DQEM
<ul style="list-style-type: none">▪ Reforçar a capacidade competitiva dos portos para captar o tráfego que circula na ZEE e colocar Portugal na rota de ligação da Europa com o mundo.	<ul style="list-style-type: none">▪ N.º de movimentos nos portos portugueses	<ul style="list-style-type: none">▪ Estratégia Nacional para os Transportes
<ul style="list-style-type: none">▪ Dinamizar a transferência do transporte de mercadorias para a via marítima.	<ul style="list-style-type: none">▪ % de mercadorias transportadas por via marítima	<ul style="list-style-type: none">▪ Estratégia Nacional para os Transportes
<ul style="list-style-type: none">▪ Incentivar a utilização de transportes marítimos (navios e embarcações) movidos a combustíveis menos poluentes.	<ul style="list-style-type: none">▪ Redução das emissões de GEE, NOx, SOx e partículas dos transportes marítimos	<ul style="list-style-type: none">▪ Diretiva 2012/33/UE
<ul style="list-style-type: none">▪ Valorizar o posicionamento costeiro das principais cidades portuguesas para reforçar a atratividade económica e o dinamismo turístico, desportivo, cultural e comercial.	<ul style="list-style-type: none">▪ Aumentar o n.º de pontos de acesso à água em cerca de 25% até 2030;▪ Aumentar o n.º de centros náuticos envolvidos no desporto escolar.▪ Manter n.º de eventos internacionais ligados à náutica em Portugal	

INICIATIVAS: MAR (2/2)

Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none">▪ Implementar novas técnicas e processos mais amigos do ambiente nas atividades que impactam diretamente as espécies e os ecossistemas marinhos, minimizando e mitigando impactos negativos.	<ul style="list-style-type: none">▪ Até 2020 todas populações de organismos marinhos aquáticos são geridos de modo sustentável, de acordo com os parâmetros da Diretiva Quadro Estratégia Marinha▪ Eliminar progressivamente as devoluções, caso a caso, tendo em conta os melhores pareceres científicos disponíveis, evitando e reduzindo tanto quanto possível as capturas indesejadas, e assegurando gradualmente que as capturas sejam desembarcadas	
<ul style="list-style-type: none">▪ Promover uma gestão integrada das zonas costeiras dando especial atenção à proteção do litoral face a riscos, especialmente de erosão costeira .	<ul style="list-style-type: none">▪ Aumentar a extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens Meta para 2022/23 – 100 km	<ul style="list-style-type: none">▪ POSEUR
<ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolver o turismo náutico nos segmentos da náutica de recreio e do surfing, qualificando as infraestruturas para responder a uma procura crescente e dinamizando as atividades conexas.	<ul style="list-style-type: none">▪ Número de projetos de turismo náutico▪ Emprego criado pelo turismo náutico▪ Volume de negócios do turismo náutico	<ul style="list-style-type: none">▪ PENT 2013-2015

INICIATIVAS: TURISMO

Iniciativas	Critério de sucesso	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none">▪ Replicação de processos Geoturismo, turismo ecológico e científico com potencial de integração na Rede Europeia de Geoparques da UNESCO.	<ul style="list-style-type: none">▪ Número de Geoparques nacionais integrados na Rede Europeia de Geoparques da UNESCO	
<ul style="list-style-type: none">▪ Estruturar e aumentar a oferta de turismo de natureza melhorando as condições de visitação e a formação dos recursos humanos.	<ul style="list-style-type: none">▪ Número de projetos de turismo de natureza▪ Emprego criado pelo turismo de natureza▪ Volume de negócios do turismo de natureza	<ul style="list-style-type: none">▪ PENT
<ul style="list-style-type: none">▪ Criar e implementar uma marca de serviços destinada a distinguir os estabelecimentos de hotelaria e restauração que cumpram critérios de sustentabilidade.	<ul style="list-style-type: none">▪ Número de estabelecimentos distinguidos pela marca▪ Aumento anual do volume de negócios e dos estabelecimentos distinguidos pela marca	<ul style="list-style-type: none">▪ Iniciativa MAOTE
<ul style="list-style-type: none">▪ Posicionar Portugal como um destino turístico mundial de referência no cumprimento dos princípios do desenvolvimento sustentável, suportado em características distintivas e inovadoras do país.	<ul style="list-style-type: none">▪ Posição em rankings diversos ligados a estas temáticas	
<ul style="list-style-type: none">▪ Aposta na recuperação dos monumentos e edifícios classificados e sua integração nos roteiros turísticos.	<ul style="list-style-type: none">▪ Número de monumentos e edifícios classificados recuperados e integrados em roteiros turísticos	

INICIATIVAS TRANSVERSAIS (1/2)

CATALISADOR	DESCRIÇÃO	OBJETIVOS
FINANCIAMENTO	Portugal 2020 Potenciar os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (2014-2020) Fundo para o Crescimento Verde Estruturação de instrumentos financeiros com forte potencial de investimento	<ul style="list-style-type: none">• Orientar investimentos e instrumentos de financiamento no sentido de apoiar projetos e operações sob critérios de sustentabilidade.• Promover medidas que reforcem a competitividade dos sectores e atividades, estimulando também a criação de novos negócios.• Promover a internacionalização de empresas e sectores contribuindo para o aumento da exportação de produtos e serviços.• Preparar os recursos humanos para os desafios do crescimento verde.• Investir em inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico, visando uma maior eficiência no uso dos recursos.
PROMOÇÃO INTERNACIONAL	Campanha de comunicação Promover internacionalmente a marca Portugal associada a valores “verdes” (Green growth nation)	<ul style="list-style-type: none">• Contribuir para a internacionalização de empresas e sectores.• Reforçar a atratividade nacional nos domínios do crescimento verde: energias renováveis, clima, eficiência uso dos recursos, entre outros.• Projetar uma imagem externa de sustentabilidade ambiental, social, económica e financeira, aumentando a notoriedade positiva do País.• Criar um quadro integrado de comunicação e promoção estratégica que articule de forma eficaz diversos instrumentos.
FISCALIDADE	Reforma da Fiscalidade Verde Alterações legislativas e orçamentais	<ul style="list-style-type: none">• Diversificar as fontes de receita num contexto de neutralidade fiscal.• Promover aecoinovação e eficiência na utilização de recursos.• Reduzir a dependência energética do exterior.• Induzir padrões de produção e de consumo mais sustentáveis.• Fomentar o empreendedorismo.

INICIATIVAS TRANSVERSAIS (2/2)

INOVAÇÃO

EcoInovação

Promoção de programas que contribuam para a produtividade, a competitividade, e o uso eficiente dos recursos

Plano D – Tecnologias Disruptivas

Criação do enquadramento para incentivar projetos de maior risco tecnológico

- Promover o desenvolvimento de projetos-piloto de tecnologias disruptivas com potencial impacto em termos de sustentabilidade, eficiência no uso dos recursos
- Fornecer ao mercado informação credível sobre o desempenho de eco tecnologias promovendo a sua penetração no mercado e a sensibilização para a sua adoção
- Lançar linha de financiamento para projetos de ecoinovação e inovação radical
- Promover produtos e serviços assentes em modelo de negócio ecoinovadores

Iniciativa iGeo

Disponibilização de informação que origine modelos de tomada de decisão alicerçados em dados da Administração Pública

INFORMAÇÃO

Iniciativas Pedagógicas

Programa de educação e sensibilização ambiental dirigido a diversos públicos-alvo

- Possibilitar a integração e reutilização de informação
- Contribuir para a tomada de decisão suportada numa análise detalhada de riscos, tendências e potencial
- Promover a disseminação de informação, a partilha de conhecimento e o estabelecimento de redes;
- Fomentar o envolvimento ativo dos cidadãos e em especial dos mais jovens, contribuindo para mudar e melhorar comportamentos no sentido de uma maior sustentabilidade

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Compras Públicas Ecológicas

Inclusão e/ou reforço de critérios sustentáveis nos contratos públicos de aquisição de bens e serviços

- Estimular alterações comportamentais dos cidadãos e das empresas
- Promover, numa lógica de “lead by example”, a construção de um novo conceito de desenvolvimento.
- Promover a competitividade de bens e serviços orientados para a sustentabilidade

PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA



PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA

O processo de Discussão Pública do Compromisso para o Crescimento Verde ambiciona ser um ponto partida para a definição participada de prioridades com vista a gerar soluções que permitam:

- preparar o futuro, garantindo flexibilidade nas soluções e estabilidade na visão e no compromisso
- transcender o horizonte do curto-prazo
- assegurar a coresponsabilização dos agentes
- colocar Portugal na vanguarda do novo ciclo global em que economia e ambiente se reforçam mutuamente



PLANO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DO COMPROMISSO PARA O CRESCIMENTO VERDE (1/2)

1. Conferências temáticas de iniciativa MAOTE (a confirmar)

Datas	Temas
outubro	Resíduos
outubro	Água
outubro	Mar
novembro	Transportes
novembro	Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas
novembro	Cidades e Território
novembro	Agricultura e Florestas
dezembro	Energia
dezembro	Indústria Extrativa e Transformadora
dezembro	Turismo
janeiro 2015	Financiamento e Inovação

* a confirmar

PLANO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DO COMPROMISSO PARA O CRESCIMENTO VERDE (2/2)

2. Conferências da iniciativa dos membros da Coligação para o Crescimento Verde

Está prevista a **realização de conferências e de outros eventos de divulgação e discussão** da iniciativa dos membros da Coligação. Estes eventos contribuirão para a **promoção da divulgação do Compromisso para o Crescimento Verde e para o enriquecimento dos seus conteúdos**

3. Redes Sociais

A utilização das redes sociais tornará a **participação simples, abrangente e ajustada aos tempos de hoje.**

A presença institucional da Coligação nas redes permitirá um **amplo e longo alcance a toda a informação sobre o Compromisso, factos e atualidades.**

4. Conferência Final e assinatura do Compromisso para o Crescimento Verde

20 de janeiro de 2015 em Lisboa - Apresentação do documento “**Compromisso para o Crescimento Verde**” já incorporando os contributos e resultados da Consulta Pública



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Compromisso para o
CRESCIMENTO VERDE

15 Setembro 2014